



Índice

- 01** [Reunião científica da Fiocruz PE debate saúde indígena](#)
- 02** [Índios ocupam a BR-222 e exigem saída de coordenadora do DSEI](#)
- 03** [Índios com tuberculose iniciam tratamento no Amazonas](#)
- 04** [O desafio do ensino superior para quilombolas](#)
- 05** [Ribeirinhos levam demandas de registro, pensão e auxílio-maternidade ao Judiciário](#)
- 06** [Bate-boca entre indígenas acaba com duas mortes em Dourados](#)
- 07** [Polícia Federal diz que manterá sigilo de data da desocupação de fazenda](#)
- 08** [Vício do crack alcança índios em aldeia do Amazonas](#)
- 09** [Entidades estimularam permanência de índios em fazenda em MS, diz PF](#)
- 10** [Comunidade Quilombola de Estivas vivencia 11º Festival Cultural](#)
- 11** [BA: caprinocultura multiplica retorno financeiro de quilombolas de Campo Formoso](#)





Boletim de Notícias - Edição nº 085 / 2013

Brasília, 21 de maio de 2013.

Reunião científica da Fiocruz PE debate saúde indígena

SÍTIO DIARIODEPERNAMBUCO, 20.05.2013

O Departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz Pernambuco discute, nesta terça-feira o tema "Saúde indígena: panoramas e desafios atuais". Uma palestra será proferida pela pesquisadora da Fiocruz Amazônia Luiza Garnelo, na sede da instituição.

A programação segue das 9h às 12h, com mais dois debates: "Histórico dos índios no Nordeste", com o professor de história da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Edson Silva, e "O cenário da saúde indígena no DSEI de Pernambuco", com o professor de antropologia da UFPE Renato Athias. O evento é aberto ao público.

A pesquisadora Luiza Garnelo desenvolve pesquisa e extensão em saúde coletiva e antropologia, com ênfase em antropologia e saúde e etnologia indígena. Sua produção científica tem focado temas como políticas de saúde indígena; organização da atenção básica; etnografias de práticas sanitárias, sistemas tradicionais de doença, cura e cuidados à saúde e controle social em saúde indígena.



Índios ocupam a BR-222 e exigem saída de coordenadora do DSEI

SÍTIO G1, 20.05.2013

Cerca de cem índios de oito etnias voltaram a ocupar a BR-222 nesta segunda-feira (20), em Marabá, sudeste do Pará, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). O trânsito no local está congestionado e nenhum veículo consegue passar pela via desde às 7h. Na última sexta (17), os indígenas também realizaram o protesto, bloqueando a rodovia federal, que esteve liberada no final de semana.

A manifestação exige a saída da coordenadora do Distrito Sanitário Indígena (DSEI) Guamá-Tocantins, Daniele Cavalcante, que cuida de 36 aldeias do Pará, incluindo Marabá. Os índios alegam que há má aplicação dos recursos destinados ao setor, autoritarismo e assédio moral contra funcionários.

"Não vamos sair daqui de jeito nenhum. Ficamos sabendo que já há uma negociação para saída da Daniele, e só iremos desbloquear a via quando recebermos um documento oficial atestando a saída dela do cargo", afirma o cacique Piná.

Segundo a Funai de Marabá, há uma semana uma comissão formada por líderes indígenas foi até Brasília para negociar com Secretaria de Saúde Indígena, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, a saída de Daniele Cavalcante da coordenação do DSEI. "Tem um período considerável que a negociação da saída da Daniele está ocorrendo, mas parece que não há avanços. As discussões estão ocorrendo e a Funai está afastada desse processo. Mas também aguardamos a solução imediata dessa questão. A coordenadora não tem correspondido às demandas indígenas, e por isso eles [os índios] acabam radicalizando, mas não concordamos com isso", declara Eric de Belém Oliveira, coordenador substituído da Funai de Marabá.

De acordo com a Sesai, a secretaria não irá dialogar com os índios enquanto a ocupação for mantida. A secretaria informa ainda que considera Daniele Cavalcante uma das gestoras mais capacitadas da instituição, e que em nenhum momento o cargo dela foi colocado em negociação. Ainda de acordo com a Sesai, a manifestação contra Daniele é pontual.



Índios com tuberculose iniciam tratamento no Amazonas

SÍTIO TERRA, 20.01.2013

Dos 79 índios diagnosticados com tuberculose em uma ação de controle da doença implementada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Manaus, na comunidade indígena de Lago do Capanã Grande, 37 passaram por exames de raio X. O Dsei é da estrutura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde.

Segundo a coordenadora da ação, a enfermeira Wildys Feitosa, desse total, sete começaram o tratamento para o esquema básico de saúde, 13 são medicados para infecção latente e 17 aguardam o resultado do exame radiológico.

Em entrevista à Agência Brasil, Wildys Feitosa disse que os índios estão orientados a procurar a equipe de técnicos e enfermeiros instalados em um laboratório montado no município de Manicoré. "A adesão tem sido positiva. Eles querem ser tratados o mais rápido possível". Para Wildys, a distância de onde está situado Lago do Capanã Grande para Manaus faz com que os indígenas façam os exames aos poucos.

Wildys ressaltou que o acesso limitado às aldeias dificulta a identificação da doença. Há casos em que todos os membros da família têm a doença, mas não apresentam nenhum sintoma, fazendo com que o paciente não procure tratamento. "O problema é histórico e estava camuflado. Eles precisam de ajuda".

Para que o tratamento seja eficaz, agentes indígenas de saúde monitoram os índios diagnosticados por meio do chamado tratamento diretamente observado, que consiste na observação da ingestão dos medicamentos, preferencialmente todos os dias, para evitar que abandonem o medicamento. "Muitos começam a tomar o remédio e pensam que já estão curados, abandonando a medicação". A duração do tratamento é de seis meses.

Wildys informou que haverá ações como essa durante todo o ano. A próxima ação será feita no mês de junho, em Boca do Jauari. Em agosto, será a vez de Punta Natal.



O desafio do ensino superior para quilombolas

SÍTIO DIARIODOPARA, 20.05.2013

Chovia muito na noite em que Raimundo Magno Cardoso Nascimento sentou ao lado da bicicleta, chorou e pensou em desistir. Fazia sol na manhã em que toda a comunidade África Laranjituba, em Moju, comemorou o grande passo alcançado por Magno. Entre esses dois momentos, o de quase desistência do curso superior, levado adiante a duras penas, e o da festa de formatura junto a amigos e parentes, há a síntese do que seja conseguir um diploma para quem vem de uma comunidade quilombola. É um esforço infinitamente maior. Magno cursou Administração com ênfase em Comércio Exterior no Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), uma instituição particular de ensino, em Belém. No primeiro dia de aula, ouviu do reitor que chegar ao final do curso não seria nada fácil. Pensou que não poderia ser mais complicado que o caminho percorrido até ali. Estava enganado. Chegar a uma instituição de nível superior havia sido uma vitória pessoal. Magno estudara só até a quarta série na comunidade quilombola. Não havia mais como prosseguir. "Em muitas comunidades, estamos condenados a ter apenas esse primeiro período do ensino fundamental. Nem energia elétrica havia onde eu morava em 2002. Ainda hoje TV e energia elétrica são novidades no África Laranjituba", diz.

Decidido a não estancar, Magno optou por estudar sozinho. Começou a catar, aqui e ali, livros usados, devorados à luz de lamparinas até quase as três da manhã, todos os dias. "Queria estar preparado para quando surgisse a oportunidade de voltar à escola", lembra. A biblioteca intuitiva começou a crescer. São mais de dois mil livros atualmente. A oportunidade de voltar a sentar num banco de escola veio em 1998, quando Moju foi afetado por um dos maiores surtos de malária já vistos até então. Entre 1998 e 1999, mais de 30 mil dos 100 mil habitantes do município foram derrubados pelo mosquito. Magno foi contratado para ser um dos agentes de saúde no combate à doença. Passou a morar em Moju, numa casa alugada pela prefeitura aos agentes de saúde. Magno conseguiu terminar o Ensino Fundamental, mas, antes de entrar no Ensino Médio, a epidemia de malária foi debelada e ele seria mandado de volta à comunidade. "Foi um baque. Eu tava realizando um sonho", diz Magno.

Ao procurar o secretário municipal de Saúde e expor o que almejava, Magno ouviu que, se quisesse estudar, deveria entregar a vaga e ir para a escola. Sem casa e sem trabalho, isso seria impossível. Voltou para a comunidade. Cinco dias depois, recebeu um recado. O secretário mudara de ideia. Magno fora recontratado para combater a malária no Alto Moju. Nove pessoas já haviam morrido. O ano era 2000.

O estudante quilombola tanto insistiu que conseguiu fechar um acordo com a Secretaria de Educação de Moju. Os 22 dias do mês que passaria em um barco descendo e subindo rios combatendo a malária também seriam destinados a estudar conteúdos previamente elaborados pelos professores. Nos oito dias em terra, Magno faria as provas necessárias. Foi assim que concluiu o Ensino Médio. Magno queria mais. Soube que o governo federal começara a abrir vagas em instituições de nível superior através do Prouni. Seriam 300 mil vagas. "Uma seria minha, pensei". Foi. Magno foi aprovado e entrou no Cesupa.



Ribeirinhos levam demandas de registro, pensão e auxílio-maternidade ao Judiciário
SÍTIO RONDONIANOTICIAS, 20.05.2013

Operação no Baixo Madeira segue até dia 28 de maio, sem interrupção, com as Justiças Estadual e Federal

Documentos na mão e barranco abaixo. É assim que gente de toda idade chega para receber atendimento jurisdicional durante a Operação Justiça Rápida Itinerante, realizada na região da Amazônia conhecida como Baixo Madeira, em Porto Velho - RO. Entre as demandas apresentadas, destaque para os pedidos de registro de nascimento tardio, pensão alimentícia e auxílio-maternidade. O trabalho segue sem interrupção até o dia 28 de maio, conforme cronograma da coordenação. Segundo o juiz coordenador da Operação, Johnny Gustavo Cledes, a união de vários órgãos proporciona que as pessoas resolvam, de uma só vez, questões distintas e que poderiam levar bem mais tempo até para quem mora na cidade. Além da resolução de conflitos de menor potencial por meio da conciliação, também são analisadas solicitações de auxílio-maternidade e aposentadoria, questões previdenciárias que necessitam de minucioso rito para concessão, com a realização de audiências de conciliação, instrução e julgamento. E ali mesmo, na beira do rio, as pessoas conhecem o resultado.

A jovem Jéssica Oliveira logo cedo pegou senha para atendimento da Justiça Federal em busca do auxílio concedido às mães de baixa renda. Ela e o esposo já haviam passado por audiência na Justiça Estadual, com participação do Ministério Público Estadual e Defensoria. Após ouvir testemunhas e analisar os documentos apresentados, o juiz Johnny determinou o registro de nascimento tardio à pequena Antônia, que tem 10 meses de vida. Com a decisão na mão, a mãe mudou de mesa e já teve a certidão expedida pelo Cartório Carvajal, que acompanha a operação do Judiciário. A dona de casa então passou por nova triagem e seguiu para audiência em busca do auxílio-maternidade, desta vez na Justiça Federal. Mais uma vez prevaleceu o direito e ela teve o benefício concedido em audiência judicial, gravada em áudio e vídeo, é que microfones e câmeras registram tudo em arquivos de computador que fazem parte do processo judicial.

E foram muitos outros casos desse tipo durante os dois dias de atendimento no distrito de Calama, o maior da região, com cerca de 6 mil habitantes e 3 bairros. Lá, passarelas, pontes e calçadas tomam o lugar das ruas. Na localidade, cercada pelas águas dos rios Madeira, Machado e Maicy, grande parte dos jurisdicionados que procuraram o barco da Justiça é de jovens. Mães que oscilam entre a responsabilidade da maternidade e meninice da adolescência. Também presente na operação, o procurador da República Filipe Albenaz Pires explica que o Ministério Público Federal atua em audiências em que há interesses de crianças, adolescentes ou idosos. Nesses casos, o MPF busca garantir os direitos das partes do processo, além de fiscalizar a lei. Além disso, Albenaz explica que são realizadas inspeções em escolas, distribuição de água, destinação do lixo em todas as comunidades, com a coleta de informações que podem subsidiar, caso necessário, representações ou recomendações às autoridades específicas. Crimes ambientais, como o desmatamento ou atividade de garimpo também são fiscalizados durante a viagem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 085 / 2013

Brasília, 21 de maio de 2013.

Para o juiz federal Cláudio Pina, a ida da estrutura judiciária até as pessoas é uma oportunidade de conhecimento mais próximo do jurisdicionado. "O normal é eles irem até o nosso ambiente, o fórum, aqui somos nós que estamos vendo mais de perto a realidade dessas pessoas", destacou o magistrado, que já atuou na Seção de Judiciária de Rondônia, mas que agora exerce suas atividades em Minas Gerais.

As pessoas que vivem à beira dos rios amazônicos devem receber o mesmo amparo garantido àquelas que vivem nas cidades. Por isso nesta sexta-feira, o barco Deus é amor II ancorou em Ressaca (Santa Luzia) e no sábado na comunidade de Papagaios. Nesta segunda-feira, a equipe do Judiciário desembarca na comunidade de Santa Catarina. Até o dia 28, serão 12 localidades. O barco da saúde também acompanha a Justiça Rápida, com atendimento médico, odontológico e laboratorial, além da emissão da carteira de trabalho.



Bate-boca entre indígenas acaba com duas mortes em Dourados

SÍTIO AQUIDAUANANEWS, 20.05.2013

Após uma confusão generalizada na madrugada deste domingo dois jovens morreram, na Reserva Indígena de Dourados. A briga ocorreu em um bar localizado às margens da MS 156, rodovia que corta as aldeias Jaguapiru e Bororó.

Segundo testemunhas, a confusão ocorreu após um intenso bate-boca entre indígenas que estavam no bar. Alguns deles deixaram o local.

Devanildo Claudio Arce, de 19 anos, e Ioracilmo Claudio Porto, de 26 anos, foram encontrados por populares na manhã deste domingo. Eles estavam no bar e foram atacados a golpes de faca quando deixaram o local.

Um dos rapazes ainda foi encontrado com vida, agonizando, após receber facada no pescoço. Ele morreu antes da chegada do socorro.

A outra vítima foi encontrada a uma distância de 100 metros do bar. Ele já estava morto e com várias perfurações pelo corpo, todos golpes de faca.

O perito André Kiyoshi esteve no local e liberou os corpos para o IML.

Revolta

Em fevereiro deste ano um indígena da aldeia Jaguapiru morreu depois de receber uma facada no peito. Ele também estava no bar quando ocorreu uma briga generalizada.

Lideranças indígenas reclamam sobre o bar, que segundo eles, sempre registra briga e faz bailes com som alto e cachaça. Eles pedem o fechamento do local.

Polícia Federal diz que manterá sigilo de data da desocupação de fazenda
SÍTIO G1, 20.05.2013



A assessoria de imprensa da Polícia Federal disse ao G1 neste domingo (19) que manterá sigilo sobre a data da desocupação de posse da fazenda Buriti em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, ocupada por indígenas da etnia terena na quarta-feira (15). De acordo com a corporação, a ação exige planejamento e pode acontecer a qualquer momento.

Em nota, a Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Famasul) questionou a demora da polícia em desocupar a área. Conforme a entidade, a Justiça determinou que os terena deixassem o local até a tarde de sábado (18), o que não aconteceu. Conforme a assessoria, nesse mesmo dia os índios haviam invadido a sede da propriedade.

Os produtores tomaram a decisão de permanecer no local, mas os policiais, sob justificativa de proteção, os retiraram do local. Para a federação, há um sentimento "de uma completa e injustificada inversão de princípios na atuação da Polícia Federal".

icardo Bacha, dono da fazenda Buriti, disse ao G1 que "está em vigília" aguardando o cumprimento da ordem de desocupação. Na opinião dele, a solução é montar uma comissão com indígenas, produtores e políticos para ir a Brasília em busca de acordo.

CONT.



No sábado, Cledinaldo Marcelino, liderança indígena da região, negou que os terena entraram na casa dos produtores. Ele disse que apenas no quintal e a área em volta da fazenda foi ocupada.

Sem acordo

Policiais federais, com a ajuda do Ministério Público Federal (MPF) tentaram negociar com os indígenas a desocupação da fazenda, mas os terena se recusam a deixar o local. Marcelino afirmou que o grupo, de pelo menos 180 pessoas, não vai abandonar a terra que já é considerada por eles como indígena e que já está sendo preparada para o plantio.

Segundo informações da Fundação Nacional do Índio (Funai), os terena reivindicam a aceleração do processo de demarcação da Terra Indígena Buriti e não querem deixar o local.

Terra Indígena

A Terra Indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área, localizada entre Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, foi delimitada em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) e abrange 17.200 hectares. Após a declaração, o processo segue para a Casa Civil, para a homologação da presidência da República, o que ainda não foi feito.

Durante nove anos, as comunidades indígenas aguardaram a expedição da portaria declaratória. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da Funai, mas decisões judiciais suspenderam o curso do procedimento demarcatório.

Em 2004, a Justiça Federal declarou, em primeira instância, que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Funai e o Ministério Público Federal recorreram e, em 2006, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena.

No entanto, os produtores rurais entraram com recurso de embargos de infringentes e conseguiram decisão favorável em junho de 2012.



Vício do crack alcança índios em aldeia do Amazonas

SÍTIO JN, 20.05.2013

Nesta semana, o Jornal Nacional vai exibir uma série de reportagens especiais sobre uma praga que se espalha no Brasil inteiro: o consumo de crack.

Ao longo dos últimos anos, nós já mostramos o surgimento das cracolândias nos nossos maiores centros urbanos. Mais recentemente, nós vimos que o crack chegou a cidades médias e pequenas. E que os viciados, hoje, são de todas as classes sociais.

Mas, depois de um mês de viagens pelo Brasil, os repórteres Bette Lucchese, Mohamed Saigg, Leandro Cordeiro e André Maciel comprovaram uma suspeita. Não existe mais área livre do crack no nosso país. A droga capaz de viciar em oito segundos chegou a comunidades que pareciam estar a salvo.

As imagens que lembram conflitos urbanos foram gravadas por um indígena. Cenas de um fim de semana comum na aldeia Tikuna, em Tabatinga, no Amazonas.

Nas mãos desses jovens índios, tudo vira arma. Sob o efeito das drogas, eles se dividem em gangues e travam duelos que muitas vezes terminam em morte. Trocam insultos na língua da tribo.

Tabatinga tem 52 mil habitantes. A polícia mapeou mais de 100 pontos de distribuição e venda de drogas. E descobriu também cracolândias. Com uma câmera escondida, a equipe do Jornal Nacional esteve em uma delas. A menos de 100 metros da principal avenida da cidade.

Na construção abandonada, um grupo usa o crack. Entre eles, um índio. O cigarro é feito de raspas da pedra de crack. Outro índio tem 21 anos de idade e é dependente da droga desde os 15 anos. Ele conta onde consome a droga: "Na floresta. No mato". A mãe conta como descobriu o envolvimento do filho com drogas. "Sumiu um rádio, panela, enxada, machado, tudo", diz.

São duas aldeias Tikuna no município de Tabatinga, no extremo oeste do estado do Amazonas, a mais de mil quilômetros da capital, Manaus.

Uma região que faz fronteira por terra com a Colômbia e do outro lado do Rio Solimões, com o Peru. "Primeiro a facilidade de acesso. Nós estamos dos lados dos maiores fornecedores. Segundo, custo. Baixo custo. Isso sim, aliado a uma miséria cultural por parte da população, faz com que o acesso a este tipo de droga seja procurado e seja facilitado pelo fornecedor", explica Gustavo Pivoto, delegado da Polícia Federal.

O avanço das drogas nas aldeias tem prejudicado uma das principais atividades econômicas da tribo Tikuna. Muitos peixes como o tucunaré e o tambaqui, vendidos por preços mais altos no mercado, desaparecem de represas feitas para a criação dessas espécies. São roubados por índios que precisam manter o vício.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 085 / 2013

Brasília, 21 de maio de 2013.

“Os jovens não querem mais trabalhar com o pai. Arromba a cerca e o que eles querem, lá pegam”, afirma um índio.

“A Funai sozinha certamente não terá condições de superar este problema de forma rápida. A Funai não tem atribuição para isso. Então o que a gente tem feito é buscar estas parcerias para que se estabeleça uma rede integrada de prevenção, de atenção e cuidado por um paciente indígena que já esteja inserido em um contexto de uso de crack, álcool e outras drogas”, aponta Maria Augusta Assirati, dir. Promoção Desenvolvimento Social Sustentável – Funai.

A situação se agrava porque o alcoolismo, um problema antigo nas tribos, torna os efeitos do crack mais potentes, segundo psiquiatras.

O vice-cacique Manuel Nery conta que eles ficam agressivos: “Isso, quebrando a lâmpada da casa e joga pedra em cima da telha da casa e lá já vai começar a violência”.

À luz do dia, os rastros das batalhas. E as marcas da guerra não ficam só pelas ruas. Um índio mostra as marcas de facadas.



Entidades estimularam permanência de índios em fazenda em MS, diz PF

SÍTIO UOL, 20.05.2013

A Polícia Federal (PF) atribuiu a falta de negociação com os indígenas que ocupam a fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, à presença de integrantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso do Sul (OAB/MS). Em nota divulgada nesta segunda-feira (20), a PF afirma que os representantes das entidades teriam estimulado a desobediência da ordem judicial. O Cimi e a OAB garantem que as afirmações são infundadas.

Indígenas da etnia terena ocuparam a propriedade em 15 de maio. Segundo informações da Fundação Nacional do Índio (Funai), os terena reivindicam a aceleração do processo de demarcação da Terra Indígena Buriti.

Após a ocupação, o proprietário da fazenda, Ricardo Bacha, entrou com um pedido de reintegração de posse, que foi deferido, em caráter liminar, na tarde de quarta (15), pelo juiz da 1ª Vara Federal de Campo Grande, Renato Toniasso. No sábado (18), policiais federais, com a ajuda do Ministério Público Federal (MPF), tentaram negociar com os indígenas a desocupação da fazenda, mas os terena se recusam a deixar o local.

Na nota, a PF diz que "as reuniões com as lideranças indígenas em busca da solução pacífica da crise não chegaram ao resultado esperado, especialmente em razão da presença de indivíduos estranhos a comunidade indígena, que se apresentaram como sendo representantes do Cimi e da Copai [Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB], apontados pelos próprios indígenas como motivadores do agravamento da ocupação e os estimuladores da desobediência à ordem judicial vigente".

O coordenador regional do Cimi, Flávio Vicente de Machado, afirma ao G1 que as declarações feitas pela PF não são verdadeiras e que é um absurdo atribuir aos índios a informação de que o Cimi e a Copai teriam motivado a desobediência.

"A afirmação da Polícia Federal é de cunho racista, para desqualificar a luta dos indígenas reproduzindo o conceito de que eles estão sendo manipulados", pontua.

Segundo Machado, integrantes do Cimi estiveram na fazenda apenas como observadores externos para acompanhar o cumprimento da ordem e evitar possíveis casos de violência. A decisão de permanecer na terra é dos terenas e o conselho apoia as decisões da comunidade.

A presidente da Copai da OAB, Samia Roges Jordy Barbieri, declara que a nota da PF é infundada e que a comissão atua apenas como observadora da causa indígena, apesar de apoiá-la. Segundo Samia, o movimento e a decisão são da comunidade e a Copai não incita a entrar ou sair de terras.



Comunidade Quilombola de Estivas vivencia 11º Festival Cultural SÍTIO GARANHUS, 20.05.2013



Iniciativa visa fortalecer a identidade étnico-racial dos quilombolas

Com o objetivo de fortalecer a identidade étnico-racial dos quilombolas, bem como valorizar a cultura negra e suas tradições, será promovida nos dias 24 e 25 de maio, mais uma edição do Festival Cultural Quilombola de Estivas. O Governo Municipal apoia a festividade, por meio da Secretaria de Cultura.

O evento oferecerá uma programação que irá contemplar a dança, música, apresentações culturais, shows e concurso de beleza afro.

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO:

Sexta-feira (24/05) - Abertura com participação da Escola Batista – 19h
Vozes do Quilombo;
Quilombo Axé;
Mestre Juarez;
Coco Castelo Branco;
Boyzinhos do Arrocha;
Revelação Musical.

Sábado (25/05)
19h30min
Negra Atitude;
Nação Quilombola Tigre;
Afro Estrela;
Concurso da Mais Bela Quilombola;
Negros Guerreiros;
Olorum – Águas Belas;
Djair e Banda;
Medalha de Ouro.



BA: caprinocultura multiplica retorno financeiro de quilombolas de Campo Formoso
SÍTIO SBA1, 20.05.2013

Mais de 70% dos beneficiados com a primeira parte do fomento destinado aos remanescentes quilombolas que vivem em situação de vulnerabilidade social, na comunidade de Taboa, município de Campo Formoso, investiram na compra de caprinos. Os animais foram adquiridos seguindo orientações dos técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A. (EBDA), executora da chamada pública 003/2012, que faz parte do Plano Brasil sem Miséria (PBSM), e que trata da Sustentabilidade de Comunidades Quilombolas.

Todos os agricultores familiares da comunidade de Taboa, que investiram na criação em dezembro de 2012, com a primeira parcela do fomento do PBSM, já acrescentaram a seu rebanho de quatro a seis animais. "Os animais crescem rápido e podem ser revendidos em quatro ou cinco meses, logo depois que derem a primeira cria", disse Raulinda Bonfim, agricultora familiar. Antes de um ano da compra, os agricultores conseguiram aumentar o seu rebanho, multiplicando o valor investido. De acordo com o técnico agrícola da EBDA, Maicon de Sá Bonfim, "Devemos reconhecer os caprinos como uma espécie de fácil adaptação às condições ambientais e climáticas da região".

A zona rural de Campo Formoso apresenta uma das maiores reservas de caprinos nativos brasileiros, conservando raças como a Moxotó. "Estes animais representam uma cultura de subsistência, se multiplicam facilmente, dando retorno rápido ao investimento, e podem ser considerados uma importante "moeda de troca", em épocas de escassez no campo", complementou o técnico.